



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000231-51.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **RODRIGO LIMA DA SILVA**
Requerido: **CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um fogão da ré, constatando quando de sua entrega que estava com a parte traseira amassada.

Alegou ainda que a ré se comprometeu a substituir o produto por outro, mas não o fez, de sorte que almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que sofreu.

A preliminar de decadência suscitada pela ré em contestação não merece acolhimento.

Isso porque a fluência desse prazo foi obstada pela reclamação formulada pelo autor sobre os fatos noticiados, patenteada a fl. 04.

De outra parte, a ré não demonstrou ter dado resposta negativa a propósito dessa reclamação, incidindo nesse cenário ao caso a regra do art. 26, § 2º, inc. I, do CDC.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Rejeito a prejudicial arguida, pois.

No mérito, é certo que o autor propugnou pelo alargamento da dilação probatória, mas reputo que isso não se afigura imprescindível.

Viável, em consequência, que o litígio seja prontamente dirimido.

O documento de fl. 02 atesta a compra trazida à colação, ao passo que o seu pagamento se deu na forma do documento de fl. 03.

Sustenta o autor que o produto estava amassado e que por isso pleiteou sua substituição.

Já a fl. 04 se percebe que houve contatos entre as partes e que a ré deixou claro que ressarciria ao autor o valor por ele pago.

Em contestação, porém, ela além de não impugnar específica e concretamente os fatos articulados pelo autor ou ao menos se pronunciar sobre o documento de fl. 04 tentou eximir-se de responsabilidade sob a justificativa de que o fabricante do bem seria conhecido.

Ora, a ré enquanto participante da cadeia de produção tem responsabilidade solidária (art. 18 do CDC), cumprindo ressaltar que como a espécie vertente concerne a vício do produto não se aplicam as regras dos arts. 12 e 13 do mesmo diploma legal, voltadas a situações de defeito.

Pouco importa, assim, a identificação do fabricante.

Oportuno reproduzir o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

Como se não bastasse, a ré como já destacado não refutou a explicação dada pelo autor sobre o episódio e a fl. 04 admitiu que estava diligenciando o seu ressarcimento.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Quanto à condenação da ré em restituir o que recebeu do autor, é inquestionável.

Vendeu a ele mercadoria e a teve de volta por estar avariada, afigurando-se a devolução do montante correspondente imperiosa seja em face do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, seja para evitar o seu enriquecimento sem causa em detrimento do mesmo.

Quanto aos danos morais, estão caracterizados.

O autor ao buscar a compra junto à ré seguramente acreditou que não teria problemas como o que se deu, mas à evidência experimentou frustração com sua ocorrência.

Essa situação agravou-se quando a ré, mesmo ciente do que havia ocorrido e se comprometendo a reparar o autor, permaneceu inerte.

Tal dinâmica basta para a certeza de que o autor ficou sujeito a abalo consistente a exemplo do que se daria com qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição, não tendo a ré ao menos na hipótese dispensado ao autor o tratamento que seria exigível.

Estão configurados, portanto, os danos morais.

O valor da indenização obedeceu aos critérios usualmente adotados nessas condições (observou a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo vingar.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 979,00, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2017 (época do pagamento de fl. 03), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 02 de maio de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**